

Dúvida Externa

Proposta do Brasil aos governos credores: negociar sem o FMI.

É assim que o País quer reescalonar o pagamento de 2,3 bilhões de dólares.

O governo brasileiro solicitou "tratamento diferenciado" para o reescalonamento de parte de sua dívida junto ao Clube de Paris, cerca de 2,3 bilhões de dólares de um total de 8 bilhões de dólares aproximadamente. Essa foi a primeira reunião plenária do Clube de Paris (que reúne os governos credores do Terceiro Mundo), com as novas autoridades brasileiras, representadas na capital francesa pelo responsável pela Divisão de Relações Internacionais do Ministério da Fazenda, Álvaro Alencar, e pelo diretor do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas.

Até então, um único contato tinha sido mantido anteriormente pelo presidente do Banco Central, Fernão Bracher, com o presidente do Clube de Paris e com o governador do Banco da França, Michel Candessus. Agora, os dois representantes do governo brasileiro estiveram reunidos com os credores no Hotel Majestic, centro de conferências internacionais de Paris, durante toda a terça-feira, numa reunião presidida por Jena Rosen. Ontem, pela manhã, reuniram-se separadamente com o presidente do Clube de Paris, Jean Claude Trichet, atualmente também diretor do gabinete do superministro da Economia da França, Edouard Balladur. Na ocasião, reafirmaram a posição

brasileira, que consiste em buscar um acordo com o Clube de Paris mas sem passar pelo Fundo Monetário Internacional. Lembraram que ainda recentemente o Brasil pôde concluir um acordo com os bancos comerciais sem que tivesse negociado anteriormente um acordo com o Fundo. Como se sabe, uma das regras do Clube de Paris é de só admitir negociar o reescalonamento de dívidas após a conclusão de um acordo com o FMI, o que o Brasil continua se negando a fazer.

Segundo Álvaro Alencar, negociador do Ministério da Fazenda, esse foi apenas um contato exploratório de lado a lado, um exame a nível de conceitos e posições, sem que tivessem sido feitas propostas específicas. Nesse contexto, discutiu-se a questão da regra que o Clube aplica em relação à exigência do acordo com o FMI, tendo procurado demonstrar aos credores que, embora essa regra possa ter aplicação no caso de países que não efetuaram ajustes econômicos por sua própria capacidade ou através de programas impostos pelo Fundo, a situação brasileira é diversa. A seu ver, não se coloca o problema da aplicação dessa regra, mesmo porque o Brasil já efetuou ajustes de suas contas externas e de suas finanças internas. Segundo ele, de-

bateram-se também as condições gerais que poderiam ser as formas de tratamento do Clube de Paris.

Para Pádua Seixas, o tratamento diferenciado que o Brasil pleiteia não constituiria um precedente às regras relativas ao Fundo, mas faria parte da análise caso por caso, tão reivindicada pelos credores. Isso porque os ajustes que foram feitos já produzem resultados.

Álvaro Alencar considera que, com os ajustes feitos em sua economia pelo governo do Brasil e com os resultados já obtidos, fica muito difícil insistir para que o País recorra ao FMI. Essa precondição não se aplica a países como o Brasil.

Pagamentos depositados

O representante do Ministério da Fazenda nega que o Brasil não esteja pagando o principal e juros do que foi reescalonado pelo governo anterior e que deveria ser amortizado a partir de janeiro de 1985. Explicou que não há nenhum atraso e que, em relação ao período de consolidação, os pagamentos têm sido depositados normalmente no Banco Central, o que foi feito em comum acordo com o Clube de Paris. Esses pagamentos deveriam ser incluídos nas negociações, mas elas não foram iniciadas, pois o Clube passou a exigir um acordo prévio com o FMI.

A partir de agora, vão prosse-

guir os contatos telefônicos entre o governo do Brasil e seus credores junto ao Clube e uma nova reunião plenária poderá ser realizada no mês de maio em Paris, quando poderão ser debatidos problemas mais específicos.

Os negociadores brasileiros querem repetir com o Clube de Paris o que foi feito com os bancos comerciais. Eles pretendem obter um acordo preliminar sobre esses 2,3 bilhões de dólares, 1,9 bilhão de dólares referentes às amortizações do ano passado e mais 320 milhões de dólares, vencimentos desses primeiros meses de 1986. Só posteriormente, no fim do ano, poderá ser retomada uma negociação plurianual, exatamente a mesma estratégia que obteve bons resultados com os bancos privados. Neste ano devem vencer dívidas junto ao Clube de Paris no valor de dois bilhões de dólares, e, em 1987, mais 1,5 bilhão.

Na verdade, tudo não passa de um problema de semântica. Os negociadores brasileiros afirmam que não pleiteiam a abertura de um precedente, pois isso seria muito difícil obter, mas apenas um tratamento diferenciado para o caso do Brasil, o que consideram possível. No fundo, as duas coisas são exatamente iguais.